

Trabalho apresentado no 14º CBCENF

Título: DIREITOS E DEVERES DE GESTANTES COM HIV/AIDS
Relatoria: REBECA SILVA BEZERRA
Autores: Malu Micilly Porfírio Santos
Cizone Maria Carneiro Acioly
Modalidade: Pôster
Área: Ética e legislação em enfermagem
Tipo: Pesquisa
Resumo:

INTRODUÇÃO: A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, conhecida pela sigla AIDS, cada vez mais é considerada um grande problema de saúde pública no cenário mundial em face da sua gravidade e do seu caráter pandêmico. O HIV vem apresentando mudanças na dinâmica da transmissão, com o aumento da contaminação de mulheres e crianças desmistificando a AIDS como uma doença vinculada a um determinado grupo de risco. Esse fator é preocupante visto que se faz acompanhar de uma proporção cada vez maior de mulheres, principalmente daquelas em idade fértil, aumentando os riscos da transmissão vertical e caracterizando, por sua vez, a feminização da AIDS. Esse cenário torna-se mais agravante quando a mulher, na condição de gestante e portadora de HIV/AIDS, precisa ser atendida nos Serviços de Saúde. Além do sofrimento pelo impacto do diagnóstico, elas se deparam com atitudes preconceituosas e discriminatórias, com a falta de solidariedade, a demora no atendimento e, conseqüentemente, a não-garantia de direitos básicos de cidadã que devem ser assegurados pelo Sistema Único de Saúde. **OBJETIVOS:** Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a assistência oferecida às gestantes com HIV/AIDS, no intuito de assegurar seus direitos e deveres. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica tendo como fonte de investigação, dissertações, artigos online publicados na Biblioteca Virtual de Saúde no período de 2008 a 2010. **RESULTADOS:** Os profissionais enfermeiros devem ter a preocupação em ressaltar a importância da ética como fio condutor para um cuidado guiado na equidade e no respeito às diferenças da gestante vulnerável à gravidez de risco, como é o caso das portadoras do vírus HIV e da utilização das normas de biossegurança. Nas gestantes com HIV/AIDS, essa vulnerabilidade é mais acentuada em virtude do sofrimento causado pela preocupação de o bebê nascer com o vírus, da discriminação e do medo do diagnóstico ser revelado a familiares. **CONCLUSÃO:** As mulheres com HIV/AIDS devem ter os seus direitos assegurados igualmente, conforme assegura a Constituição da República Federativa Brasileira. Os profissionais de saúde têm o dever de exercer uma postura calcada nos princípios da Bioética, contribuindo para uma relação profissional-paciente mais simétrica e humanizada, necessitando que os serviços de saúde promovam ações relacionadas com a discussão de questões pertinentes ao viver com HIV/AIDS, a fim de diminuir os preconceitos existentes.